

PROCESSO - A.I. Nº 278003.0048/02-1
RECORRENTE - ARAPUÁ COMERCIAL S.A.
RECORRIDA - FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL
RECURSO - RECURSO DE IMPUGNAÇÃO AO ARQUIVAMENTO DE RECURSO VOLUNTÁRIO -
Acórdão 1º JJF nº 0363-01/02
ORIGEM - INFAZ SIMÕES FILHO
INTERNET - 12.03.03

1ª CÂMARA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO CJF Nº 0023-11/03

EMENTA. ICMS: INTEMPESTIVIDADE. RECURSO VOLUNTÁRIO. Impugnação interposta contra despacho da autoridade que determinou o arquivamento do Recurso Voluntário, por ter sido apresentado fora do prazo legal. Não justificada a intempestividade. Recurso **NÃO PROVIDO**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

O contribuinte acima especificado foi cientificado da lavratura do presente Auto de Infração em 04/11/2002 e interpôs o Recurso Voluntário no dia 18/11/2002, tendo sido arquivado por intempestividade.

Intimado da intempestividade do seu recurso, o autuado apresenta uma impugnação contra o arquivamento onde alega que, embora tenha ocorrido a intempestividade do Recurso, pleiteia o Pedido de Reconsideração para que as razões da sua peça recursal sejam apreciadas em vista dos relevantes argumentos que foram trazidos à colação para análise deste Conselho de Fazenda, uma vez que o Auto de Infração é Nulo.

A PROFAZ opina pela improcedência da impugnação uma vez que a intempestividade não foi elidida, esclarecendo ainda, a possibilidade de análise no Controle da Legalidade pela Procuradoria da Fazenda, nos termos do art. 133 do RPAF.

VOTO

Concordo inteiramente com o opinativo apresentado pela Douta PROFAZ, o Impugnante não consegue afastar a intempestividade da sua peça defensiva.

A contagem de prazo para interposição de um recurso na esfera administrativa obedece ao previsto em legislação própria, que no caso é o RPAF/99, que prevê 10 dias para interposição do Recurso Voluntário, a contar da data do recebimento do mesmo, prazo este que não foi obedecido pelo recorrente.

Do exposto, voto pelo **NÃO PROVIMENTO** da Impugnação contra o seu arquivamento, devendo o PAF seguir o trâmite processual adequado a tal circunstância.

Ressalte-se que pode ainda o contribuinte peticionar à Procuradoria da Fazenda a fim de que Represente ao CONSEF para uma nova análise deste PAF, em sede de Controle da Legalidade.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 1ª Câmara de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, **NÃO PROVER** o Recurso de Impugnação ao Arquivamento de Recurso Voluntário apresentado e homologar a Decisão Recorrida que julgou **PROCEDENTE EM PARTE** o Auto de Infração nº 278003.0048/02-1, lavrado contra **ARAPUÁ COMERCIAL S.A.**, devendo ser intimado o recorrente para efetuar o pagamento do imposto no valor de **R\$28.677,46**, atualizado monetariamente, acrescido da multa de 60%, prevista no art. 42, II, “a” e VII, “a”, da Lei nº 7.014/96, e dos acréscimos moratórios.

Sala das Sessões do CONSEF, 11 de fevereiro de 2003.

ANTÔNIO FERREIRA DE FREITAS - PRESIDENTE

VERBENA MATOS ARAÚJO - RELATORA

SYLVIA MARIA AMOÊDO CAVALCANTI - REPR. DA PROFAZ